

**A BAHIA: MUNDOS
QUE SE CRUZAM NO
SÉCULO XVI**

CAPÍTULO 2



Anotações

A large, empty rectangular area with rounded corners, intended for taking notes. It has a light gray border and a subtle drop shadow, giving it a three-dimensional appearance as if it's a card or a page floating on the background.

CAPÍTULO 2

A BAHIA: MUNDOS QUE SE CRUZAM NO SÉCULO XVI

Aula 3 – Primeiras comunidades baianas: primórdios da colonização

Objetivo:

Entender os primeiros tempos e formatos da colonização da Bahia e o surgimento das primeiras comunidades baianas.

2.1 BAHIA: PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E INTERAÇÕES COM OS LOCAIS

Foi na Bahia, em 22 de abril de 1500, ainda século XV, que o navegador português Pedro Álvares Cabral desembarcou na expedição que anunciou ao mundo a existência do Brasil. Cabral ficou no Brasil dez dias antes de seguir para as Índias. Deixou aqui dois portugueses, acolhidos pelos tupiniquins da região, que deveriam aprender os costumes. Isso se configurou no primeiro evento propriamente brasileiro da história: começava aí a história do Brasil; o encontro de etnias, culturas e contextos históricos, que aconteceu a partir de 1500. (BUENO, 1998)

É de 1501 a expedição de Gonçalo Coelho. Com Américo Vespúcio a comandar uma das naus, e com o calendário dos dias santos, visitaram o litoral baiano e deram nomes aos acidentes geográficos. A esquadra veio do norte. O Rio São Francisco foi descoberto e nomeado em 4 de outubro. A frota continuou para o sul, e em 1º de novembro de 1501 avistaram uma grande baía, e lhe batizaram Baía de Todos os Santos. Ficaram 27 dias. Foi o primeiro encontro com o Recôncavo, onde será fundada Salvador. Viveram com os Tupinambás. Compraram dos Tupinambás 10 índios, provavelmente Tapuias, que agora seriam escravos. (BAHIA, 2000)

Seguiram navegando o litoral sul da Bahia, até pararem na Baía de Cabrália, próxima a Porto Seguro. Um ano e oito meses haviam se passado desde o descobri-

mento. A frota colheu Pau-Brasil em Porto Seguro, o que acabou por ser o primeiro ato da prática que sustentaria os primeiros tempos de colonização.

Em 10 de julho de 1503, Vespúcio volta ao Brasil, de novo sob o comando de Gonçalo Coelho. Descobriu o arquipélago, que mais tarde seria denominado Fernando de Noronha, e veio mais uma vez à Baía de Todos os Santos. Américo ficou 2 meses na Baía.

Fernando de Noronha se tornou o “dono” do Brasil em 16 de janeiro de 1504. A partir do arquipélago que recebeu como donataria, a primeira donataria do Brasil. Passou a explorar o pau-brasil existente na costa brasileira, inaugurando uma fase de exploração da costa, que refletiu na Bahia.

O pau-brasil era trocado por machados, anzóis, tesouras e outras quinquilharias com os índios. Logo, porém, os índios passaram a desejar mais. A extração da madeira exercia um papel mediador, pois levava os índios a conhecer e participar do modo de reprodução social que começava a ser construído, bastante eficiente e capaz de sustentar muito mais seres humanos que as ordens sociais indígenas. A integração sociometabólica indígena foi se dando por aproximação e concreto pertencimento das relações de reprodução social que se construíam, e não simplesmente por guerras e dominação. O índio percebeu logo que um machado de ferro representava cortar uma árvore 12 vezes mais rápido. Os hábitos alimentares, técnicas de construção, conhecimentos da terra que os índios tinham, iam se distribuindo, pouco a pouco, segundo a ordem e organização de vida da colônia.

Segundo Eduardo Bueno, em 1519 existiam ao menos 3 feitorias de pau-brasil na costa brasileira: Cabo Frio, Rio de Janeiro e Itamaracá. Existia outra na Baía de Todos os Santos. É conhecido que a Nau Bretoa, a serviço de Noronha, ancora e se relaciona com os índios da feitoria da Baía de Todos os Santos, em 1511. As relações amistosas entre os portugueses e os tupinambás da Baía aconteciam desde 1501. Parece que os portugueses não tinham o controle sobre esta feitoria, ou ela não era associada à Noronha. O fato é que em algum momento, dentre 1503 e 1519, certamente em 1511, a Baía de Todos os Santos já tinha uma comunidade “brasileira” de “miscigenados”.

Nesse início, a Bahia não foi construída apenas de tupinambás e portugueses. O bretão Paulmier Gennoville partiu em 24 de junho de 1503, da França. Aportou na

Argentina e seguiu rumo norte. Chegou à Baía de Todos os Santos em 20 de outubro de 1504 e foi bem recebido pelos mesmos tupinambás. Receberam preciosa carga de pau-brasil. Tudo indica que a feitoria da Baía tenha sido formada por tupinambás, portugueses e franceses, desejosos de comerciar, sem relação com Fernando de Noronha. Entende-se assim a relativa omissão da Baía de Todos os Santos como feitoria de Noronha. O primeiro povoamento da Bahia se dava sem o controle, senão dos tupinambás. A comunidade se formava da práxis comum que os envolvia.

Os franceses na Bahia: Na costa norte-ocidental da França estão a Bretanha e a Normandia, uma região de cultura celta antiga, capaz até mesmo de sobreviver à latinização, pois até hoje ainda são falados dialetos celtas dos antigos gauleses. Na Bretanha existia desde o século XIV tradição náutica, melhorada desde o século XV com a contratação de mestres portugueses. No final do século XV algumas cidades desta região haviam se tornado centros da manufatura têxtil francesa, principalmente pelos chapéus e gorros. Eram clientes do pau-brasil brasileiro. Não foi difícil que se interessassem pelo comércio da madeira, e logo comesçassem a disputar a colonização com os portugueses (CALMON, 1959).



Imagem 6 – Normandia e Bretanha

Disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/Stielers_Handatlas_1891#France

Acesso em: 28/10/2011.

Compreender-se-á melhor ao estudarmos Diogo Álvares Correa, o Caramuru.

Quando, em 1531, Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil, com um galeão, duas naus e duas caravelas, mais 400 homens iam à direção de São Vicente fundar a futura vila. Encontrou um naufrago português, de Viana do Castelo, na Bahia há 20 anos, casado com uma índia tupinambá: Paraguaçu, filha de chefe da região, o índio

Itaparica, rei da ilha. Caramuru teria se tornado uma espécie de chefe local, muito respeitado pelos índios, era referência para os portugueses, assim como para franceses. Sua esposa havia viajado com ele até a França, e lá foi batizada e se casaram, tornou-se Catarina Paraguaçu. Havia se formado uma comunidade brasileira de tupinambás, náufragos portugueses, espanhóis e franceses. Não era uma feitoria de Noronha, mas de um entreposto construído entre visitas, interações, escambo e naufrágios. Assim nascia a comunidade que daria suporte à futura colonização, visto que era o embrião de Salvador, futura primeira capital do Brasil. (BUENO, 2006)

2.2 AS CAPITANIAS DA BAHIA



Imagem 7 – Capitanias Hereditárias

Disponível em:

<http://www.sempretops.com/estudo/capitanias-hereditarias-resumo/>

Acesso em: 25/07/011.

A decisão de criar capitanias hereditárias decorreu de algumas crises e pressões.

A exploração do oriente ficava cada vez mais cara e difícil: islâmicos, indianos, chineses e outros, tinham organização social resistente e modos de reprodução da existência eficazes. Por outro lado, a ameaça francesa era cada vez mais forte. Os franceses foram os primeiros

a reclamar da divisão do mundo entre espanhóis e portugueses. Havia ainda uma questão com os espanhóis. As informações sobre as riquezas minerais de Potosí, na Bolívia, a importância da bacia do Prata, construíram uma área de disputas entre Portugal e Espanha pelo domínio da costa sul da América.

Uniram-se o rei D. João III, o Conde de Castanheira, Antônio de Ataíde, e Martin Afonso de Souza, e prepararam uma poderosa expedição para que pudesse dar conta do combate aos franceses e das disputas com a Espanha, dando início assim, a uma colonização regular e planejada do Brasil.

A frota aportou na Baía de Todos os Santos em 31 de março de 1531, e aqui encontrou o Caramuru e sua comunidade euro-tupinambá, que reconhecidamente já negociava com franceses, portugueses, espanhóis, italianos e outros. Martim Afonso ficou quase 1 mês na Baía, onde participou de festas com a comunidade mestiça. Dois marujos foram deixados para experimentar sementes europeias, asiáticas, quem sabe a cana-de-açúcar, a manga, a jaca, e outras. De fato, a presença de Martim Afonso e o maior combate aos franceses, serviram para mostrar o tamanho do risco. Decidia-se assim, em 1532, colonizar o Brasil, dividindo-o em capitanias, dentre elas a de Martim Afonso. (TAVARES, 2001)

O território hoje da Bahia foi dividido em 3 capitanias: de Ilhéus, de Porto Seguro e da Bahia.

Ilhéus foi doada em 1º de abril de 1535, a Jorge de Figueiredo Correa. De família de altos funcionários da coroa. Optou-se pela vila em uma enseada na embocadura do rio Cachoeira, além de área boa para a defesa contra inimigo, no mar ou em terra. Tinha terra fértil, águas límpidas e mata exuberante. O que os portugueses ignoravam era a proximidade dos Aimorés, Tapuias tradicionais inimigos dos Tupiniquins da região, estes últimos aliados dos portugueses. A princípio tudo correu bem, inclusive até o primeiro carregamento de pau-brasil, que estimulou a expansão.

Os tupiniquins mantinham-se próximos e participavam do escambo e integração via coleta, e os nômades aimorés guardavam distância. O crescimento da vila fazia necessário buscar alimento cada vez mais longe. A cana-de-açúcar começou a exigir mão-de-obra. A princípio os portugueses estimularam a guerra aos Aimorés e os Tupiniquins capturaram “índios de corda”. Depois o português resolveu esquecer suas velhas alianças e capturar os próprios tupiniquins. Desde aí surgiu uma guerra generalizada.

Figueiredo era espanhol, e isso bastava para originar muitos conflitos. Em 1546, os aimorés passaram a atacar a vila e os portugueses, assim como também Porto Seguro mais ao sul. Em 1570, Ilhéus, que já fora habitada por 500 famílias, não tinha mais de 100. Ilhéus foi quase toda perdida para os “formidáveis Aimorés”, imbatíveis, como declaravam alguns.

Em Porto Seguro foi parecido. Entusiasmados com a guerrilha os aimorés também atacaram Porto Seguro, mais ao sul. Pero do Campo Tourinho, cristão-novo, havia recebido a capitania em 27 de maio de 1534. Pero Tourinho veio, ele mesmo, com mulher, três filhos e seiscentos colonos de Viana do Castelo. Chegou a julho de 1535. Construiu a vila com vista para a Baía, onde hoje ainda está a vila histórica de Porto Seguro. Foram 10 anos de sucesso, até 1546. Os tupiniquins eram os aliados dóceis do tempo de Cabral. Os colonos viviam da pesca abundante.

A capitania estava assolada pelos invasores indígenas, assim como pela perseguição da inquisição ao seu donatário, cristão-novo.



Imagem 8 – Porto da Barra no século XIX. Marcas ainda visíveis da Vila dos Pereira.

Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia-da-imigracao/1872-igreja-santo-antonio-da-barra/view>

Acesso em 28/12/011

A capitania da Bahia de Todos os Santos abrangia o que hoje é o estado de Sergipe, além de território atualmente baiano. Francisco Pereira Coutinho era filho do alcaide da cidade de Santarém. Era da nobreza mais

importante portuguesa. Fez parte das viagens ao oriente, e em Goa, Índia, construiu a reputação de rude e autoritário. Era conhecido como o rusticão. Pereira recebeu a donataria em 5 de abril de 1534. Caramuru mostrou sua importância: um navio espanhol havia naufragado em Boipeba. Quase todos os 90 espanhóis foram mortos pelos tupinambás. Apenas 17 foram salvos por Caramuru e mais seis ou sete portugueses da vila na Baía. Enquanto os colonos vindos com a autorização e cartas de doação real eram atacados, Caramuru e seus companheiros, povoadores espontâneos e colaboradores dos Tupinambás eram respeitados. Eis o que enfrentaria Pereira Coutinho.

Quando Coutinho ancorou na Ponta do Padrão, atual Farol da Barra, com sete navios, por volta de novembro de 1536, doou uma boa sesmaria ao Caramuru, procurando mantê-lo ao seu lado.

A vila do Caramuru estava nas encostas do Outeiro Grande, atualmente ocupados pela Graça e da Vitória. As igrejas de Nossa Senhora das Graças e a de Nossa Senhora da Vitória, cujas origens são do período de Caramuru revelam aproximadamente a localização antiga. Local de defesa e acesso fácil.

A vila era habitada por pelo menos 8 europeus, um genovês, e um marinheiro luso desertor – que eram casados com filhas de Caramuru –, dois portugueses haviam sido deixados por Martim Afonso, e mais 4 desertores. Havia ainda uma centena de índios tupinambás.

Em 1536, o número de europeus havia subido de 9 para 200.

Pereira ergueu sua vila no atual Porto da Barra. Construiu uma torre de 2 andares, no mesmo local onde hoje está o Forte de São Diogo. Com o tempo, o Rusticão não conseguiu ficar bem com os nativos. Permitiu que seus homens se espalhassem pelo recôncavo, o que acabou descentralizando a colonização. Dispersos, os colonos reduziam a disciplina e a capacidade de defesa. Pereira permitia que seus comandados capturassem e abusassem dos nativos, mesmo aqueles há muito aliados do Caramuru. Para a cana-de-açúcar, seus colonos instalaram engenhos em Pirajá e em Paripe, e receberam autorização de escravizar os tupinambás. Cerca de 6000 tupinambás queimaram os engenhos e atacaram os colonos como consequência dos ataques e da quebra da aliança de décadas. Alguns europeus se uniram aos indígenas contra o Rusticão.

Caramuru parece ter ficado em silêncio. Pereira acabou fugindo para Ilhéus, e os Tupinambás arrasaram a

vila, invadiram a torre e deitaram fora os canhões.

Com a saída de Pereira, os franceses pareciam dispostos a iniciar uma colonização da Bahia. Caramuru, talvez receoso das consequências, viaja até Porto Seguro em seu barco para avisar ao donatário Tourinho. Voltando à Bahia na tentativa de reaver sua vila arruinada, Pereira naufraga em Itaparica e é morto por um índio de cinco anos de idade.

Em tal situação, Portugal resolve então criar o Governo Geral.

Referências

BAHIA, Secretaria da Educação da. **As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos**. Salvador: Boanova, 2000.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil, a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados, as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1959, v. 1.

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre as capitânicas hereditárias convém ler o clássico Pedro Calmon: CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1959, v. 1.

Aula 4 – A cidade do Salvador**Objetivo:**

Analisar as questões que levaram a fundação da cidade do Salvador, assim como a posterior colonização do recôncavo e das áreas de influência da nova capital. Estudar o surgimento desta antiga região cultural do estado.

2.3 SALVADOR, A CAPITAL DA COLÔNIA.

Ao decidir substituir a iniciativa privada das donatárias delegadas pela presença do estado monárquico português, a metrópole transformaria as feições da colônia. Os franceses estavam cada vez mais ousados; a Espanha se interessava cada vez mais pela costa sul da América. D. João III decide então por iniciar os Governos Gerais.

O fracasso de Francisco Pereira Coutinho em estabelecer-se na Bahia criou a situação favorável à instalação da monarquia no Brasil.

Partiu de Lisboa, em 1º de fevereiro de 1549, uma frota de 3 naus, 2 caravelas e 1 bargantim, com aparato administrativo, militar e de serviços, sob comando do nomeado 1º Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. (CARNEIRO, 1980)

A frota desembarca no Porto da Barra, em frente da abandonada ruína da fortaleza de Francisco Pereira Coutinho, atual Forte de São Diogo, em 29 de março de 1549, data da fundação da cidade do Salvador.

Iniciava-se outra dimensão de colonização com a implantação de uma verdadeira estrutura de governo: Governador Geral, Provedor Mor, Ouvidor Geral e Capitão Mor. Os custos das intervenções muito diminuía, ficando com Lisboa os atos mais estratégicos de política mais ampla. Na Bahia, o Governo Geral seria capaz de tomar posição e encaminhamentos próprios do interesse português. (AZEVEDO, 1969)

Chegavam também, o primeiro bispo do Brasil, autoridades e uma dezena de escrivões: o registro de tudo começou a ficar mais fácil.

A cidade foi configurada pela institucionalidade latina. Salvador começou a existir ainda a partir da nau Conceição, capitânia da costa Brasileira. O governador demorou alguns dias para desembarcar, pois a cidade foi construída aos poucos.

A cidade ampliou a capacidade da ordem sociometabólica que se instalava, em atrair e convencer mais índios, e agora já também os escravos africanos, todos construindo aquela nova forma de existir, mesmo que envolvidos em desacordos e contradições. Soldados e funcionários públicos ganhavam soldos e salários, e se constituíram em um grupo de sujeitos urbanos. A cidade se constituiu em centro da nova forma de viver daquela região. A maior eficiência da ordem sociometabólica senhorial começou a ficar mais evidente para os colonos, para os indígenas próximos também. É claro que a força militar contribuiu para a dominação e para a imposição de uma ordem.

A influência da forma urbana, latina de viver, expandia-se em detrimento das outras formas sociais. Os próprios índios iam aderindo à nova ordem.

Por outro lado, a Bahia foi sendo efetivamente conquistada pelo governo geral. O Governador Geral foi nomeando autoridades locais e de vilas em todo o Brasil, assim como para a nova cidade e municipalidade. Criava-se uma governança e instâncias de decisão. Salvador se tornava centro de influência vasta e nacional, ajudando a construir a cultura e práxis do Brasil. Ao reunir Ilhéus, Porto Seguro e Bahia, Tomé de Souza estava criando o embrião da Bahia de hoje. (TAVARES, 2001)

A primeira feira livre semanal do Brasil vai ocorrer na praça, em frente ao Portão de Santa Luzia, na atual Praça Castro Alves. Uma vez por semana os portões da cidade estariam abertos aos índios que assim desejassem, para que fosse ali comercializado todo o tipo de produção dos índios, vindos do reino ou das índias. A feira penetra fundo no interior, chega aonde não tem nem mesmo consciência. Os índios passam a contar com aquele tipo de estrutura de vida e começam a se acercar dele, a pensar nele, a pensar sobre o que levariam como produto para vender na próxima semana, sobre o que iriam adquirir e levar para as suas casas.

Os indígenas que se cristianizassem deveriam ser atraídos para viver nos arredores da cidade. Para complementar esta ação de busca de aliança e influência para com os locais, o governador proibiu a agressão aos antigos aliados tupinambás e tupiniquins, proibindo a escravidão e estimulando que viessem para fazer escambo e se deixar envolver.

A cidade era uma fortaleza e tinha uma grande quantidade de militares. O Governador tinha ordens para armar a nova capital, assim como os engenhos dos arredores,

inclusive com naus e caravelas, mas jamais dar armas aos nativos. Foi criada, então, a Ribeira das Naus onde hoje está o antigo Arsenal da Marinha, entre as antigas ladeiras da Preguiça e da Conceição da Praia. Caravelas, caravelões, até mesmo naus, bargantins, galés, e outros barcos começaram a ser fabricados na Bahia.

Com esta nova força institucional, de suporte fabril e poder militar, o combate aos franceses foi retomado com força. A nova armada do Capitão Mor, Pero de Góis, atacou os franceses onde pode.

Salvador ficou a uma légua, ou seis quilômetros, da antiga Vila dos Pereira, mais para dentro da baía, a 100 metros de altura, de fácil defesa e difícil acesso. A montanha era quase que uma parede quando vista do mar. A cidade foi logo cercada por paliçada de madeira, substituída por taipa, estrategicamente defendida por baluartes de pedra em pontos mais importantes.

O Mestre Luís Dias, construtor da cidade, relatava em 1551, a existência de 10 casas de alvenaria, fora as de taipa. O prédio da Câmara já estava construído nos finais de 1549, o Palácio do Governo estava em construção em 1551.

O Caramuru e sua gente ajudavam muito. Reconhecido pelo governador, e ao que parece entendendo que a situação agora o aconselhava a juntar-se ao governo, Diogo Álvares pôs não só os índios de sua povoação a serviço da produção de alimento para a cidade, como também a aldeia de Tatuapara. (CALMON, 2002)

A igreja, antes presente em capelas e casas de oração, agora chegava forte com padres e irmãos, principalmente Jesuítas. Os religiosos logo se apossaram dos locais de culto da antiga vila, preparando-se para o trabalho de catequese e para a construção de novos templos. A cidade passou a contar também com vários profissionais, um cirurgião, boticário e outros. Foi logo iniciada a construção de um hospital. No nível do mar, foi construída apenas uma rua costeira, na qual se iam montando casas de comércio de importação e exportação e outros menores. No alto estava a maior parte das ruas, a principal se chamou Rua Direita do Palácio. As casas todas se concentravam na praça ao lado do portão de Santa Luzia, atual Praça Castro Alves, devido a primeira feira regular do Brasil estar aí situada, assim como a principal ladeira de acesso ao porto. Com o tempo, a presença dos beneditinos fora das muralhas, acabou transformando o nome da porta de Santa Luzia que passou a chamar-se de São Bento, assim como do

outro lado, a de Santa Catarina passou a chamar-se do Carmo, devido a presença das Carmelitas, também fora das muralhas, só que nesta outra posição. Baluartes de pedra e cal, com canhões, foram construídos.

Apesar das leis e regimentos favoráveis aos índios, tal política atingia os que estavam aculturados e eram considerados amigos. Valendo-se da inimizade entre os próprios índios, e do comércio que alguns deles faziam com os franceses, ao que parece conduzido e organizado por Caramuru, os portugueses continuaram atacando os índios que resistiam a integrar-se e aqueles considerados inimigos, fazendo assim muitos escravos. A cidade e os engenhos dos arredores cresciam também a partir da soma destes cativos.

A vida local se organizava muito conforme a cultura indígena, isso embora se notasse que havia uma adaptação dos produtos e coisas da terra à forma mourisca e tradições existentes na Europa. Construía-se mesmo uma cultura mestiça, muito embora dominada pela ordem reprodutiva senhorial advinda de Portugal.



Disponível em

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Teixeira_Albernaz,_o_velho

Acesso em 28/12/011

Crescia também a mancebia: os religiosos como Nóbrega reclamavam que os homens daqui, inclusive os casados, tinham muitas mulheres índias. Os homens das tribos inimigas eram mortos ou escravizados, as índias eram feitas mancebas.

Desta forma o número de caboclos ia crescendo e se espalhando pela cidade, pelos engenhos e até pelo sertão. Era mais uma força de crescimento da população urbana, mas também de penetração da nova forma social nos sertões da Bahia. Os cristãos-novos, judeus e islâmicos convertidos, vieram aos montes para o Brasil,

especialmente para a capital. Foragidos das perseguições da inquisição passavam a ser aqui mais respeitados e a buscar anonimato. O baiano era o mestiço de português, cristão-novo e índio, mais tarde também de negro, desde a origem era construída na Bahia uma realidade muito miscigenada.

A maior novidade de todas, porém, era a chegada, desta vez em grande número, de negros da Guiné. É provável que com Pereira Coutinho já tivessem chegado alguns africanos. Agora, porém, os africanos começaram a chegar cada vez em maior número e de forma regular. A proibição e dificuldades em escravizar os negros da terra - como eram nomeados os índios - pressionaram para que a escravidão dos africanos crescesse. Os negros, nesse momento vinham predominantemente da região da Guiné, e estavam sendo capturados das guerras estimuladas pelos portugueses entre as populações islamizadas e as não islamizadas, as primeiras da Guiné, Senegal e Mali, conhecidos como hauças, as segundas da Nigéria, eram os gegês e nagôs. A partir de 1555, populações bantas, do Zaire, do Congo, de Angola e até Moçambique também passaram a serem vítimas do tráfico.

Os da Guiné eram preferidos para trabalho urbano, enquanto os bantos eram para o trabalho pesado no interior. A escravidão é antiga prática destas populações africanas e europeias. A diferença ainda mais perversa deste processo iniciado no século XVI estava em transformar em mercadoria sistemática e regular, os seres humanos, o tráfico.

Salvador também crescería em decorrência, e de fato, com o tempo, até mesmo passou a capitanear, este processo escravista. Com relação à ordem social. Em parte os negros já vinham de sociedades senhoriais mulçumanas, ou de outro tipo ligadas aos yorubas e gegê-nagôs. Os negros, explorados, se aproximaram dos tupinambás. Além disso, a maior eficiência reprodutiva da sociedade construída sobre hegemonia europeia ia prevalecendo do mesmo jeito, o que significava que mesmo o quilombo bem-sucedido - no sentido da fuga e do estabelecimento de certa autonomia - acabava, embora não sem exceção, realizando sua existência à órbita do crescente modo de reprodução senhorial brasileiro.

Em 1576, Salvador, Paripe e Vila Velha tinham já 1100 vizinhos, aproximadamente 4 a 5 mil pessoas. Eram brancos, muitos índios "mansos", também escravos africanos, estes, porém sempre fugindo e alimentando

quilombos no interior. Em 1580 estimaram-se em 800 brancos, 8000 índios cristãos, 4000 escravos da Guiné, a população da cidade que se aproximava, portanto, dos 15000 habitantes.



Imagem 10 – Gravura que ilustra a reconquista portuguesa de Salvador, diante dos holandeses em 1624.

Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/s.-salvador-baya-de-todos-os-santos-1624/view>

Acesso em 28/12/011

Os clérigos reclamavam do barbarismo dos colonos. Apesar da grande população, somente 70 meninos, filhos dos portugueses, estavam na escola dos Jesuítas. O afastamento das letras talvez viesse da necessidade de braços e das distâncias. Em 1580, a cidade com 40 anos, era rodeada por cerca de 40 engenhos de açúcar ao redor da baía, mas também na baía Camamu, nas ilhas de Boipeba e Tinharé, e em Tatuapara, atual Praia do Forte. Os mascates de Salvador percorriam por barco ou por trilhas estes engenhos, dando início assim a rotas e práticas comerciais. O conjunto de mares internos, baías, enseadas, ilhas, dos arredores foi dando feição à ocupação dos arredores da capital e iniciando uma práxis cultural mestiça e original, com elementos tupinambás, acréscimos mouriscos e de cultura lusa, e elementos banto, yorubá ou Guiné, de traços muito comuns, modo de vida similar, sotaque reconhecível e diferenciado de outras partes da Bahia. Os registros indicam que nessa época existiam cerca de 1400 embarcações de vários tamanhos nas redondezas. (HOLANDA, 1960)

Um elemento ainda pouco estudado é o que reúne Salvador e a Bahia a muito mais que Portugal e ao resto do Brasil. A partir de 1549, Salvador passava a ser centro

de ação portuguesa no atlântico sul, ponto de contato e intercâmbio portuário com a África, este mais bem conhecido devido à escravidão, mas também com o oriente. Eram muitos marinheiros e tripulantes baianos, que integravam as expedições, viagens e comércios entre a Bahia e Portugal, e os diversos portos do Goa, Macau, Timor, Diu, Cantão, e todo o mundo de expressão portuguesa. A Bahia, Portugal, os diversos pontos da África, da Índia, do Oceano Índico, do Extremo Oriente, já foram parte de um mesmo Estado, de um mesmo país ligado por portos e comércio ativos. A cidade foi construída para suportar o império colonial português e suas relações. Talvez por isso, em pouco tempo, a cidade já fosse a segunda maior do reino, atrás apenas de Lisboa.

Referências

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado federal, 2002.

CARNEIRO, Edson. **A cidade do Salvador, 1549**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOLANDA, Sérgio. **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

TAVERES, Luís. **História da Bahia**. Salvador: Edufba\UNESP, 2001.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a fundação da cidade do Salvador e povoamento dos arredores procurar, sobre Salvador, suas características históricas, étnicas e antropológicas, recomenda-se a visita às páginas WEB seguintes:

<http://www.thalesdeazevedo.com.br/>

http://www.pierreverger.org/fpv/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

<http://www.ighb.org.br/>

http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=3/



REGISTRE SUA IDEIA

Procure entender o início da colonização e do surgimento de uma cultura que podemos chamar de brasileira, na região em que habita.

Procure entender as misturas, as origens das gentes e das práticas de vida. Redija a respeito e troque ideias com pessoas da região. Veja o que dizem os mais velhos.

Aula 5 – Salvador, Recôncavo e expansão da colônia.

Objetivo:

Estudar a formação da região de influência direta de Salvador, seu comércio e povoamento: o processo de construção da ordem reprodutiva colonial senhorial patrimonialista, da práxis social e cultura miscigenada que vai surgir da coexistência entre tupinambás, colonizadores ibéricos e os negros da guiné; que aqui vão construir a prática de vida do chamado Recôncavo Baiano, talvez o primeiro território de identidade brasileiro.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DA HINTERLÂNDIA NAVEGÁVEL DA CAPITAL.

As capitanias da Bahia e de Ilhéus possuem um litoral tão recortado e cheio de acidentes, baías, estuários de rios e ilhas, que constituem com facilidade uma espécie de pequeno mediterrâneo, de fácil navegação, mesmo para barcos pequenos. Isso foi muito favorável à colonização, mesmo antes da fundação da cidade. Facilitava o contato entre os colonos, mas também entre os índios e da mesma forma entre os contrabandistas.



Imagem 11 – Porto de Nazaré das Farinhas com saveiros carregados, em 1860.

Fotografia de Camilo Vedani.

FERRAZ, Gilberto. *Bahia velhas fotografias 1858 – 1900*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

A fundação de Salvador vai criar condição única de desenvolvimento e miscigenação de práticas culturais e modos de reprodução social, que acabará por construir uma práxis social genuinamente brasileira, baiana.

Com a chegada do Governador Geral, sua grande frota e força militar, assim como em consequência da organização gradativa da capital e do governo, a expansão rumo ao Recôncavo pode acontecer. (TAVARES, 2001)



Imagem 12 – Caravela.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caravela>

Acesso em: 14/01/2012.

Desde 1549 seguiu-se o estabelecimento de engenhos e vilas no Recôncavo, região em torno da Baía de Todos os Santos, portanto, navegável e até visível desde o elevado da montanha onde estava Salvador. A primeira vila foi a atual São Francisco do Conde, logo após a fundação de Salvador, ainda na década de 1550. Santo Amaro foi iniciada em 1557, a freguesia da Purificação é fundada em 1604. Em 1580 existiam 36 engenhos em torno da baía, desde Água de Meninos até a entrada do

Rio Paraguaçu. No século XVI são fundadas freguesias e vilas, em Pirajá, Santiago do Iguape, em Itaparica, Nazaré das Farinhas e em Camamu, na baía do mesmo nome, mais ao sul. São da primeira metade do século XVII, Cairú, Boipeba, Jaguaripe e Matoin. Da segunda metade do século XVII são Cachoeira e Maragogipe. As localidades vilas, povoados, engenhos, aldeias de índios cristianizadas, lugarejos diversos que iam interagindo com os engenhos, com as sedes da freguesia, e principalmente com a capital. Eram assim estabelecidas as relações de interdependência e prática histórica comum. Houve o combate ao tupinambá não aliado, em nome de um contra-ataque ao que atacaram Francisco Pereira Coutinho. As tribos resistentes foram exterminadas ou escravizadas. (FREIRE, 1998)

A região de influência de Salvador teria sido o mais antigo território de identidade, com prática social e uma cultura, genuinamente brasileira. Um produto da mistura das etnias, mas também da articulação que a navegação de cabotagem produzia conduzindo a interação das populações sempre em função das demandas da capital. A cidade necessitava de muitos produtos; não só o habitante, cada vez em maior número, mas também o viajante, o navegante de longo curso que vinha do Oriente, da África, da Europa. Além disso, havia a cana, o fumo, o pau-brasil e tantos produtos exportados. Por outro lado os eventos, as festas, religião, política e as feiras, tudo acontecia em torno da navegação na baía, que logo produziu uma intensa ligação entre as populações.

No final do século XVI, a baía se enchia de velas brancas, dos bargantins, saveiros e caravelões, também de jangadas e canoas, todos cheios de pescado, mercadoria ou gente.

2.5 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO BAIANO E DE SUA CULTURA COSTEIRA.

Ao redor dos engenhos, da conversão dos índios, do crescimento da escravidão, da vida no ritmo das marés, da ligação constante e fácil entre localidades costeiras e ribeirinhas, da pesca, das vilas, freguesias e arraiais, do mar e do que ele trazia ou levava; aos poucos se foi construindo uma região de cultura mais ou menos homogênea, cabocla, mulata, cafuza, distante é claro, de qualquer ideia de democracia racial, visto que era

uma sociedade classista e com claras hegemonias. Uma sociedade construída em função de certo branqueamento. Isso não impedia que tradições e formas de expressão ou práticas originárias de qualquer uma das etnias formadoras na nova realidade, fossem absorvidas e revalidadas por sujeitos de origem de qualquer das outras etnias, visto que estava se formando uma forma regional de reprodução social.



Imagem 13 – Baías e Ilhas do litoral baiano
Imagem do autor

As duas grandes baías, a de Camamu e a de Todos os Santos, assim como as ilhas em frente do Rio Una, Boipeba e Tinharé, davam esta condição de comunicabilidade e intercâmbio. As tradições e pessoas que vão se reunindo irão forjar da mistura de práticas ancestrais, as práticas do Recôncavo e Baixo sul.

Dos portugueses vieram as tradições cristãs, mas também as mouriscas, principalmente no que se refere ao artesanato, visto que os bordados, as formas de vestir,

a culinária sofisticada que os portugueses tinham era quase todas de origem moura. É também portuguesa a forma de falar e o dialeto que vai se fazendo com assento e vocabulário mais galego que lisboeta, pois a maior parte dos colonos teria vindo do norte de Portugal e da Galícia. O cristianismo vitorioso há pouco, sobre o islamismo ibérico, chegava com toda a força do proselitismo e do expandir da fé.

Os moçarabes, cristão da península ibérica islamizada, os mulçumanos mesmo, ainda comuns até o século XVII, e os judeus, sempre tão presentes em Portugal e Espanha, seriam a base dos cristãos-novos, este grande contingente de imigrantes que vinha da Europa para se instalar no Brasil, buscando refúgio do ataque da inquisição, ávida por recurso comercial.

As das comunidades colônias obedeciam a um modelo institucional ibérico: a torre forte da casa grande, a igreja, o arraial, a praça dos encontros e das festas, a senzala dos escravos, as casas menores em volta da casa principal: a vila.

A criação de animais, a cultura dos caprinos, dos bovinos, a criação de aves, era muito comum em Portugal, e também na África. Toda uma cultura de trabalho sobre os ossos, sobre o couro, artesanato que influía no vestuário, na instrumentação do dia a dia foi se construindo com elementos ibéricos e africanos.



Imagem 14 – Uma senhora brasileira em seu lar.
Pintura de Jean-Baptiste DEBRET. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.
Rio de Janeiro: Itatiaia, 2008.

As técnicas de construção e de navegação, a de fabricação de barcos eram de origem portuguesa, mas indiretamente advinda do norte da África, tanto trabalhadas pelos islamizados. Os índios e negros aprenderam

logo estas técnicas e logo havia mestres de todas as etnias. O saveiro, alguns de dois mastros como os caravelões portugueses, começaram a ser produzidos em todas as partes, assim como as canoas e jangadas de origem indígena. Os índios tinham o conhecimento dos materiais, animais e plantas presentes, e isso lhes valia uma influência muito grande; tinham a forma de lidar com a terra, a tecnologia da construção de taipa, a forma de buscar e cultivar alimento. Mas é ibérica ou africana a forma de preparo da comida. Os africanos particularmente contribuíram com receitas de pastas, farinhas, doces, frituras, muitos pratos cozidos que levavam produtos comuns na costa africana. Os índios vão contribuir com o milho e a mandioca, principalmente. A rede e o dormir nela, sem dúvida é herança tupinambá. As mariscadas, as formas de preparo de ostras, peixadas, caranguejos, são a própria mistura; mariscadas existem em toda a costa de Portugal e Galícia. Na Bahia, porém, além de ganhar a escolha e o gosto pelo marisco pescado ancestralmente pelo índio, a carestia do azeite doce, produziu o uso do dendê, nascia a mariscada baiana. A feijoada ou o sarapatel, ibéricos, ganham o tempero africano e formas brasileiras. O pescador, o marisqueiro, o barqueiro, o usineiro, o senhor do engenho, estes sujeitos estavam sempre próximos, se reconheciam no ambiente. (RODRIGUEZ, 2010)

Tradições culturais e festas de origem portuguesas são preservadas no Recôncavo, muitas vezes por negros e índios. Algumas delas já não existem em Portugal.

As festas de santos católicos, o São João, o Santo Antônio, se espalham pela região. Também as tradições africanas, principalmente a yorubá, com os Orixás e o culto aos ancestrais foram assimiladas em um catolicismo local. Os ritos e crenças indígenas, a arte de fazer chá, de invocar os “santos” da terra, as famosas rezadeiras com seus conhecimentos, cigano, índio, nagô, luso-mourisco, tudo se misturava e refletia na reprodução desta sociedade original. Mesmo que perseguidos, negados, ou ao menos menosprezado, pelo branco católico, todas as crenças e religiões começam a misturar-se e a ganhar adeptos de todas as origens na Bahia.

O mais estranho é a ausência, e até inexistência, dos registros do islamismo. Muitos historiadores chegam a afirmar categoricamente sobre a inexistência do islamismo na Bahia colonial, ao menos no seu início. É fácil perceber que a escravidão tem origem na ocupação do chamado crescente fértil, dentre a Mesopotâmia e o Egito, antigos, por povos de várias etnias, bem antes

de Cristo. Da continuidade deste processo adveio que europeus foram escravizados aos milhares pelos norte-africanos mulçumanos durante a idade média, e vice-versa. Ibéricos cristãos eram escravos dos mouros, e o contrário era igualmente verdadeiro. De fato continuou a existir o escravo islâmico em Portugal, até o século XVII, inclusive o branco muçulmano. Os africanos escravizados e enviados para o Brasil eram principalmente da Guiné e da África sudanesa. São populações de maioria islâmica: a região de Arguim, hoje Mauritânia, é 99% islâmica, uma feitoria portuguesa foi posta lá: traficavam escravos. A região da Guiné tem mais de 90% de sua população fiel ao Islã, de fato qualquer país do Golfo da Guiné, a norte do Congo, tem pelo menos 20%, inclusive Gana, país da feitoria portuguesa da Mina. (SALVADOR, 1981)

A sociedade senhorial do recôncavo: modo de reprodução da existência: Por herança ibérica a Bahia nasceu com organização societária e modo de reprodução social, baseado na propriedade inquestionável dos fidalgos sobre os recursos da existência necessários à vida da coletividade. Eram proprietários das terras, rios e mares, e da relação como a posse de monopólios do grande comércio atlântico. Formalmente, as práticas de subsistência só poderiam ocorrer se permitidas pelo favor dos senhores patrimonialistas. Eram também proprietários da fé, da cultura, das relações sociais, dos modelos estéticos, da ideologia, da criação de padrões sobre o que era ou não recomendável. Havia uma regra simples: o candidato à fidalguia era cristão, branco e homem, ou o mais próximo possível disso. Estabelecia-se um branqueamento. Realizou-se então o poder baseado no prestígio: na capacidade dos poderosos em privilegiar e favorecer os aliados e dependentes. Fontes deste poder: 1) a propriedade dos recursos produtivos e do fundamental da economia e sociedade; 2) as ligações e alianças entre poderosos, o compadrio, que dava capacidade de favorecer dependentes e aliados; e 3) as ligações com a metrópole, que determinava a ligação mais ampla de favorecimento e influência de um poderoso local, fiel ao direcionamento metropolitano (MATTA, 2000).

O mais provável é que o islamismo fosse totalmente proibido, punido com a inquisição e a morte, como o era na Espanha e em Portugal. A religião dos orixás, os cerimoniais bantos e as religiões indígenas brasileiras eram divulgados como sendo algum tipo de ignorância e paganismo típico de não cristãos, de quem não tinha tido a revelação de Deus. O catolicismo desenvolvia o argumento da salvação e do pregar da mensagem de Deus para que estes povos encontrassem a verdadeira fé. Desta forma acabou por existir certa aceitação, mesmo que não declarada, por parte dos senhores, que inclusive desenvolviam sua hegemonia e clientelismo, na medida em que certos grupos de negros ou índios tinham espaço

para realizar a sua fé.

Islamismo e Judaísmo eram destruídos, tidas como heresias inimigas do Cristo. As outras religiões eram então vigiadas, tidas como pagãs e objeto de conversão. Os tratos eram, portanto, diferentes.

Adotando uma leitura dialética, este trabalho considera que cada prática religiosa, cada decisão estética carrega um processo reprodutivo concreto de relações sociais. Todo o conjunto das práticas sociais de um povo ou coletividade constituem seu modo de reprodução da existência. É o conjunto de todas as práticas sociais que reproduz uma sociedade.

Os portugueses haviam trazido uma organização que até aquele momento era a mais eficiente na reprodução de um maior conjunto de sujeitos sociais articulados, mesmo que em meio a tamanho conjunto de injustiças sociais, desmandos e sofrimentos. A capacidade reprodutiva maior acaba por gerar uma sociedade em expansão, capaz de reunir mais gente, mais força, tencionando assim, as sociedades vizinhas e contemporâneas, reduzindo sua influência, assim como o número de sujeitos que vivem sob sua ordem. Desta maneira a sociedade do colonizador expandia-se. A ordem senhorial brasileira prevalecia, principalmente a ibérica-patrimonialista.



Imagem 15 – Casa-grande do Engenho Vitória do Paraguaçu. Bahia. Fotografia de Hejj. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/icono/eub.html> Acesso em 28/01/012.

Os índios originalmente viviam em sociedades sem classe e, portanto, sem injustiça social. A derrota militar e a expansão dos redutos senhoriais que os incluía, fez com que participassem da nova ordem. Muitas vezes era dada posição de comando a um índio. A vantagem desta posição, a reprodução do poder patrimonial no local, tudo ia expandindo a nova forma reprodutiva. O

senhor, autoridade e dono do poder desta sociedade, foi identificado desde a origem como sendo masculino, branco e cristão. O senhor era aquele que por fidalguia, obedecidas estas regras, detinha a propriedade dos recursos necessários para a reprodução da existência da comunidade, de si e dos outros.

As regras de obediência, fidelidade, dependência e prestígio, às quais estava associado à relação da existência patrimonialista, eram realizados em qualquer posição das relações de classe. Desta forma, o feitor, dependente do prestígio e do apadrinhamento do senhor, era o benfeitor que apadrinhava e beneficiava em sua própria instância.

Quanto aos africanos, muitos deles já conheciam outras formas de sociedade senhorial na África. Os únicos sujeitos que não se adaptaram de forma alguma foram os nômades tapuias, como os aimorés.

Mesmo os quilombos ou índios resistentes contra a exploração, acabavam convivendo com as relações que eram estabelecidas, já que não havia como escapar de viver sob a hegemonia de algum tipo de proprietário dos recursos, ou sem a articulação com estes proprietários. A autorização e o compadrio que permitia o terreiro na fazenda, que fechava os olhos ao grupo de foragidos, sempre acabava por relacionar os sujeitos e os grupos que se articulavam em torno sempre do prestígio dos poderosos proprietários dos patrimônios. Que não se interprete aí uma defesa da superioridade pura e simples do europeu, já que afirmamos que a maioria dos africanos também vivia em sociedades senhoriais em África. Trata-se aqui de identificar a ordem societária que foi concretamente prevalecendo, a partir da composição de características diversas das várias influências das etnias que aqui se misturavam.

Referências

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

MATTA, Alfredo. Governadores e Interventores da Bahia republicana. Testemunho de transformações das estruturas sociais do estado In **Bahia Republicana, Governadores e Interventores**. Salvador: UCSAL, 2000.

RODRIGUEZ, Ricardo. **Sociedade, Mercado e Desenvolvimento na América Latina**. Juiz de Fora: UFJF, Disponível na URL: <http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/RV%203.htm>, versão 15/02/2010, Capturado em versão 15/02/2010.

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre o patrimonialismo brasileiro existem alguns bons artigos na internet. Visitem e leiam:

<http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/RV%203.htm>

<http://www.scribd.com/doc/15231795/DO-PATRIMONIALISMO-BREVE-MANUAL-DE-SOBREVIVENCIA>

http://74.125.113.132/search?q=cache:JnmyzYmB2ycJ:www.relacionamentopetrobras.com.br/seminarioeducacao/Artigo_Cladis_Junqueira_EticaPatrimonialistaRelacaoCulturaNacional.pdf+sociedad+patrimonialista&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Sobre o islamismo no mundo e na África, sobre os fortes do tráfico de escravos, São Jorge de Mina e da Ilha de Arguim:

http://en.wikipedia.org/wiki/Religions_by_country

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arguim>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_S%C3%A3o_Jorge_da_Mina